

Questão Discursiva 01498

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional de Verdade (CNV) publicou o relatório final, após exaustivas investigações, sobre as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado entre os anos de 1946 a 1988. Entre as recomendações da CNV consta a seguinte:

"II. Recomendações

(11) Fortalecimento das Defensorias Públicas

27. No contexto das graves violações de direitos humanos investigadas pela CNV, sobressaiu a percepção de que a dificuldade de acesso dos presos à Justiça facilitou grandemente a possibilidade de que fossem vítimas de abusos, por ação ou omissão da administração pública. Como esse quadro subsiste nos dias de hoje, recomenda-se o fortalecimento das Defensorias Públicas, criadas constitucionalmente para o atendimento da população de baixa renda e revestidas das condições institucionais para propiciar maior proteção às pessoas detidas. O contato pessoal do Defensor Público com o preso nos distritos policiais e no sistema prisional é a melhor garantia para o exercício pleno do direito de defesa e para a prevenção de abusos e violações de direitos fundamentais, especialmente tortura e maus-tratos" (Relatório Final da Comissão Nacional de Verdade, Parte V, Recomendações, pág. 969).

Neste contexto, defina Justiça Transicional, apontando seus elementos centrais e as possíveis hipóteses de atuação do Defensor Público.